



EDITORIAL

Universidade para todos

A participação dos mais pobres no ensino superior público do Brasil cresceu quatro vezes nos últimos dez anos. Segundo o IBGE, nesse período, o acesso dos com rendimentos mais baixos saltou de 1,7% para 7,2% em universidades administradas pelo Estado. Nas particulares, a fatia desses alunos mais que dobrou. Se, em 2004, os 20% mais pobres representavam 1,3% dos estudantes, em 2013 alcançavam 3,7%. Já os 20% mais ricos foram de 55% para 38,8%, no ensino superior público; e de 68,9% para 43%, no privado.

O fato é que houve uma grande ampliação do acesso ao ensino superior. Os 20% mais ricos, que eram ampla maioria em 2004, passam a ter participação menor. Houve um aumento de vagas, cotas e crédito educativo que fez crescer a participação dos mais pobres.

Trata-se de uma tendência que tem a ver com políticas públicas voltadas para pessoas de renda mais baixa. A própria expansão da rede pública trouxe possibilidades. A abertura de vagas ocorreu inclusive à noite, num horário em que fica mais fácil para as pessoas que precisam trabalhar estudarem. Outro fator foi a interiorização de universidades públicas através de novos campi no interior dos estados – como foi o caso de Alagoas, onde a Ufal expandiu seus cursos para o Agreste e o Sertão.

No caso da rede privada, programas como o Fies e o ProUni tiveram impacto significativo. Hoje, universitários beneficiados por esses dois programas já somam 31% do total das matrículas nas faculdades privadas. Depois de 2010, o Fies se transformou num divisor de águas no ensino superior privado, com a redução da taxa de juro anual, aumento da carência e do prazo de pagamento.

Há, entretanto, críticas a essa política. Para muitos, o governo usa recursos públicos para fomentar uma atividade privada, lucrativa, quando a prioridade deveria ser a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade. Entretanto, não há como negar que esses programas foram responsáveis por uma expansão consistente do ensino superior. É preciso, porém, que o governo não se descuide do investimento nas universidades públicas. Ou seja, deve-se buscar um equilíbrio. Ainda é preciso facilitar o acesso da população a cursos universitários para que o Brasil atinja níveis parecidos com o de países mais desenvolvidos. É um caminho que não deve ser interrompido.